

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DE S. PAULO

Class.:

68

Data 06/01/77

Pg.:

Missionários ficam

Rangel reúne-se com a cúpula da Funai

BRASILIA (Sucursal) — Após dois dias de conversas sigilosas, clima de mistério e muita expectativa, culminando com uma reunião da cúpula da Funai com o ministro Rangel Reis, a paz voltou a reinar, ontem, em relação aos problemas dos índios e as missões religiosas. Depois da reunião, o general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, falou à imprensa e deu nova interpretação às declarações de Rangel Reis, feitas a respeito da nova política que seria adotada em 1977, "para uma total e rápida emancipação das comunidades indígenas".

Para a convivência com as missões religiosas, o general anunciou que após avaliação da atuação de cada uma delas, serão firmados convênios destinados a uma ação conjunta com a Funai. E, confirmando o clima de paz estabelecido, assegurou que o sertanista Apoena Meirelles não sofrerá qualquer punição, em represália às declarações que fez contra o ministro do Interior. De todo o episódio resultou apenas uma baixa: embora não confirmada oficialmente, está afastado do cargo o diretor-geral de Operações, Francelino Van Der Brooke, apontado com um dos responsáveis pelas tentativas de modificações nos métodos de ação da Funai.

EXAME

Um pouco tenso, após a reunião, o presidente da Funai falou a imprensa. Revelou que ele e toda a cúpula do órgão que dirige fizeram uma exposição detalhada da situação atual das comunidades indígenas de todo o País. Deram — segundo o general — uma visão global de todos os seus problemas; o que resultou o programa de ação aprovado e estabelecido para 1977. Foram relatados ao ministro, também, todos os planos que a Funai tem para desenvol-

ver, neste ano, junto às referidas comunidades.

Explicou que esse plano foi estabelecido visando à integração e emancipação segundo o grau de aculturação dos diversos grupos indígenas e que para cada um deles foi estabelecido um modo de ação.

O general Ismarth declarou, referindo-se à política a ser adotada para a integração e emancipação do índio, que ela será desenvolvida e posta em prática, mas com cuidado e de acordo com a reação e resposta dos índios, quanto à facilidade ou dificuldade de sua integração com as comunidades brancas.

Revelou, também, que para esse programa de emancipação tanto a lei como o Estatuto do Índio serão respeitados. Mas a política de paternalismo será alijada gradativamente, "porque não é mais possível manter o indígena numa redoma".

RELIGIOSOS

Quanto às relações da Funai com as missões religiosas, disse o presidente Ismarth de Oliveira que elas serão mantidas em clima de paz e cooperação. Mas, antes — revelou — será feita uma avaliação de todas elas, para se saber quais as que estão habilitadas a atuar junto às comunidades indígenas.

Ainda esta semana será formado um grupo de trabalho com a finalidade de avaliar o trabalho de cada uma delas, grupo este que será integrado por técnicos de outros órgãos oficiais. As que forem consideradas úteis para o desenvolvimento dos índios serão aproveitadas e utilizadas através de convênios. Elas, então, após esses convênios, passarão a ter uma responsabilidade oficial, quanto à sua atuação junto às comunidades indígenas. As que forem consideradas novas, que não atuem de acordo com a política estabelecida pela Funai, serão

afastadas sumariamente. E, em relação a esta última afirmação, enfatizou: "Não é bicho de sete cabeças afastar uma missão religiosa de uma área indígena".

Segundo o general Ismarth, os índios também serão ouvidos pelo grupo de trabalho e darão a sua opinião sobre a atuação das missões. Serão investigadas e avaliadas, igualmente, as atividades dos institutos de lingüística e também decidida a conveniência de sua permanência junto aos índios.

Para o general Ismarth de Oliveira, depois do trabalho do grupo destinado a avaliar a atuação das missões e dos institutos de lingüísticas IIé que serão dados nomes aos bois" e a Funai passará a trabalhar confiante na atuação das missões, e acrescentou: "missão religiosa que estiver só tratando da parte espiritual do índio será afastada, pois não serve para o trabalho que o Governo pretende desenvolver".

APOENA

Referindo-se a possível punição que seria sofrida pelo sertanista Apoena Meirelles, disse o presidente da Funai que ele não sofrerá qualquer punição, segundo a vontade do próprio ministro Rangel Reis. Revelou que o sertanista enviou uma carta ao ministro do Interior, onde se retratou e explicou a razão de suas declarações à imprensa.

Apesar de ser desmentida pelo presidente da Funai, confirmou-se ontem o afastamento do diretor geral de Operações Francelino Van Der Brooke, única baixa em toda a crise gerada pelo pronunciamento do ministro Rangel Reis. Na reunião de ontem, ele não participou e foi substituído, sem nenhuma explicação, embora estivesse no Ministério, pelo coronel José J. Marcos, diretor substituto.